



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

HORTO FLORESTAL DO CABULA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O TRABALHO DA INSTITUIÇÃO PRESERVANDO A NATUREZA E PRATICANDO A CIDADANIA – PNPC

Iala Serra Queiroz

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
iala.queiroz@gmail.com

Francisca de Paula Santos da Silva

Universidade do Estado da Bahia – UNEB
fcapaula@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

O Horto Florestal do Cabula/Mata Escura engloba um espaço de relevância biológica, por conta das riquezas do seu ecossistema e do seu bioma Mata Atlântica. O horto compreende os bairros do Cabula, Estrada das Barreiras e a Mata Escura, situados no Miolo de Salvador. Sobre a formação histórica, a região era habitada pelos índios Tupinambás, antes da chegada dos portugueses. Já nos séculos XVIII e XIX, surgiram os primeiros quilombos no Brasil e, segundo Reis (2003), as principais áreas de ajuntamento da cidade do Salvador eram “os atuais bairros de Nossa Senhora dos Mares e o de Cabula” (REIS, 2003, p. 71), isso porque:

As colinas, matas, lagoas e rios aí localizados serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana relativamente autônoma, e semiclandestina. A cidade estava cercada de quilombos e terreiros religiosos, comunidades móveis destruídas aqui para ressurgirem adiante, alimentadas pelo fluxo ininterrupto de escravos que sabiam tirar proveito da mobilidade proporcionada pela escravidão urbana. (REIS, 2003, p. 70).

Em 2016, com a aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Lei nº 9069/2016, a represa da Mata Escura foi caracterizada como Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN, que significa dizer que essas “[...] áreas são destinadas à conservação de elementos naturais significativos para o equilíbrio e o conforto ambiental urbano” (PDDU, 2016).



Para as APRN dos Vales da represa da Mata Escura o plano estabelece:

a) Zoneamento da APRN, com delimitação das áreas de preservação permanente e áreas de amortecimento, considerando o uso e ocupação do solo existente; b) preservação da vegetação remanescente da Mata Atlântica, dos rios e áreas alagadiças, de forma compatibilizada e controlada com os usos de lazer, turismo ecológico, atividades culturais e como centro de referência para educação ambiental; c) realização de estudos para implantação de Parque Urbano, com tratamento urbanístico e implantação de equipamentos de recreação e lazer na área próxima à BR-324, integrados à Estação Bom Juá do Metrô; d) implementação de programas de recuperação ambiental, compreendendo a urbanização dos assentamentos precários urbanizáveis existentes na data da publicação desta Lei e o reassentamento das áreas não urbanizáveis, a critério do Executivo. (PDDU, 2016).

Figura 1 – Área de Proteção de Recursos Naturais – APRN Vales do Cascão Cachoeirinha



Fonte: Oficina Chega Junto Residência de Assistência Técnica em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, Eixo Áreas Verdes, UFBA, 2016.

Diante dos diálogos com as comunidades e da observação *in loco* dos registros oficiais, afirma-se que as políticas públicas ambientais pouco se materializam nessa localidade. A falta de políticas públicas para sua manutenção e preservação é devido ao impasse entre o Ministério da Agricultura e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.

Nesse meio tempo, o desprezo, as invasões e as queimadas têm se intensificado a cada dia, esse que poderia ser considerado como um parque urbano, um espaço educador com atividades de educação ambiental, construção de viveiros educadores, trilhas interpretativas, não passa de um espaço conflituoso no qual o melhor a se fazer é negar a sua existência, porque daí não se toma para si a responsabilidade de sua gestão.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Em visita à área do Horto Florestal, em abril de 2016, com a equipe de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade da FAUFBA, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, por meio do Programa de Residência de Assistência Técnica em Urbanismo, Arquitetura e Engenharia da Universidade Federal da Bahia - RAU+E UFBA e com a participação de membros da comunidade de Mata Escura, o Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, a ONG PNPC (Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania) e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB verificou-se que a área está em completo abandono. Com as rodas de diálogos, após a visita, o grupo propôs iniciar um processo de autogestão do Horto, o que já tem sido feito pela ONG PNPC.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE MEIO AMBIENTE E A REALIDADE LOCAL

A questão ambiental, timidamente, passou a fazer parte da seara internacional a partir da década de 1970. Nesse período, com o término da Guerra Fria, o mundo passou a direcionar sua visão para temas até então não abordados no contexto internacional. Temas relacionados à questão da fome, à pobreza, aos direitos humanos, à igualdade de gênero, ao crescimento populacional e às migrações vieram no bojo da crise ambiental. Os estadistas, a sociedade civil e a iniciativa privada passaram a estabelecer um conjunto de ações com o objetivo de equacionar o problema da poluição dos oceanos e rios, destruição das florestas, extinção da fauna e flora, demanda por água potável, rarefação da camada de ozônio.

Os princípios e as diretrizes desenhadas para essas ações foram expressos por meio de acordos internacionais, porém passadas mais de quatro décadas, muito pouco foi cumprido, uma vez que pouca relevância foi dada a esses problemas. É notório que a cada dia que passa se produz mais lixo, se destrói mais florestas, se assoreie mais rios, e se diminua a solidariedade, o olhar e o cuidado com o outro. Tratamos da Terra como um espaço de livre exploração, retiramos dela todo material que precisamos, a nós não foi dada a sabedoria de usufruir, respeitando a sua capacidade de suporte e resiliência, e se foi dado, já esquecemos.

Esse esquecimento se deu, sobretudo, pelos avanços do processo industrial e da agricultura agroexportadora, que alterou significativamente a relação homem e natureza, cuja configuração fora redesenhada no bojo da dinâmica do capital, responsável pela agressão sistemática ao meio ambiente e à precarização do trabalho. Diante desse cenário,



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

os países se viram pressionados a discutir, dialogar e propor soluções concernentes à proteção do meio ambiente e à melhoria da qualidade de vida. A Organização das Nações Unidas (ONU) realizou, nos últimos anos, conferências para discutir e propor soluções para os desmandos ambientais. A reunião, intitulada de Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad) – ou Cúpula da Terra, e mais conhecida como Rio 92 – trouxe de volta as esperanças perdidas no contexto de grande degradação ambiental e perda de valores humanos.

O encontro foi desenhado, conforme as necessidades de se criar políticas públicas concernentes à continuação do programa desenvolvimentista dos estados, porém baseado no modelo sustentável. Não era possível mais falar de crescimento zero, o capitalismo conseguiu mais uma vez criar fórmulas em que a produtividade e o lucro continuassem sempre sendo seu principal objetivo. A palavra sustentabilidade, originária das teorias econômicas, foi o antídoto amargo da radicalidade da teoria do crescimento zero.

Nesse formato, a Eco-92 teve como objetivo criar estratégias de combate aos danos causados ao meio ambiente; foi o espaço no qual essas demandas ambientais tiveram papel de destaque, uma vez que o mundo iniciou um processo lento, porém contínuo de mudança de paradigma civilizacional, cuja mola mestra se fundamenta numa tentativa de governança ambiental. Segundo o balanço feito por Philippe Le Prestre (2000),

A conferência mobilizou praticamente o mundo inteiro. Reuniu 178 países, oito mil delegados, dezenas e ONGs, três mil representantes de ONGs credenciadas, mais de mil ONGs num fórum paralelo, nove mil jornalistas. [...] Se cada um tirou do evento uma opinião própria, todos estavam conscientes de que viviam um momento de grande simbolismo e que ninguém poderia verdadeiramente prever a dinâmica que o evento engendraria. (PRESTRE, 2000, p. 201).

A Eco-92 surgiu como um espaço no qual foram postas todas as esperanças, expectativas e perspectivas de um mundo, cujo olhar fosse direcionado para as questões ambientais, transversalizando os seus diálogos e práticas, uma vez que foi nesse encontro que se viu, pela primeira vez na história mundial, a reunião de líderes estatais, sociedade civil organizada, movimentos sociais, empresas e governos locais, juntos, unindo forças para assegurar a proteção do meio ambiente e a melhoria da qualidade de vida, numa atmosfera estruturada na coexistência pacífica, na qual todos os atores se reconheciam como peças-chave do grande problema que estava sendo abordado.

Foi nesse momento, também, que se viu a ruptura do *mainstream* das relações internacionais, cujos temas fugiam da lógica realista de guerra e nacionalismo – o que



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

podemos chamar de sistema *vestfaliano*, calcado na soberania dos Estados Nacionais – para emergir novos temas ligados aos direitos humanos, às questões de gênero e raça, ao meio ambiente e a outros de caráter social, numa perspectiva de amplo debate democrático.

No entanto, de acordo com a análise de Leis (1999), os resultados da Rio-92 não estiveram de fato à altura dos problemas globais pautados na agenda internacional, isso se explica pela não aceitação dos Estados Unidos em assinar a Convenção da Biodiversidade. Por outro lado, Prestre (2000) afirma que a participação dos líderes da América do Norte não foi tão crucial como se imaginava, uma vez que a “[...] Convenção reconheceu a soberania dos estados sobre seus recursos genéticos, a autoridade para conceder acesso a esses recursos e o princípio da partilha dos benefícios derivados de sua exploração.” (PRESTRE, 2000, p. 229).

O que se observa diante dessas duas avaliações é não temos dúvidas de que houve fracassos e sucessos no processo da Rio 92. O tema em questão não dava conta de ser discutido, utilizando as mesmas estratégias hegemônicas de negociações, por outro lado, o tema meio ambiente ganhou notoriedade e, partir daí, iniciou um processo de amplitude da consciência ambiental, ao que Freire (1996) chama de “transitividade de sua consciência”, que permite ao sujeito pensar e criar condições objetivas a partir de outras variáveis, as “órbitas existenciais diferentes”.

Os tomadores de decisões passaram a trabalhar com temas plurais de forma interdependentes em suas agendas. Políticas públicas foram discutidas e elaboradas para tal fim, a exemplo da Agenda 21, que foi criada como um documento de planejamento das ações ambientais e foi difundido nas escolas, nos bairros, nas organizações não governamentais, nas universidades. No Antigo Quilombo Cabula, temos a experiência de implementação da Agenda 21 nos bairros da Mata Escura e da Estrada das Barreiras (NUNES, et.al. 2007).

Diante dessa perspectiva, nota-se que existem alguns princípios clássicos que definem e caracterizam a estrutura das políticas públicas ambientais, tais como: pleno funcionamento do jogo democrático, o equilíbrio socioambiental em resposta à qualidade de vida, à distribuição de renda a partir da perspectiva do desenvolvimento sustentável e à incorporação da governança global na agenda dos governos federal, estadual e municipal. É fundamental que todas as ações governamentais estejam alicerçadas nesses princípios. Assim, vivenciaremos, enquanto sujeitos, uma sociedade equânime e ecologicamente viável, estreitando o diálogo entre os diferentes atores sociais, dando-lhes poderes para



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

intervirem em políticas públicas concernentes às questões sociais, bem como, na tomada de decisões frente às ações emanadas dos movimentos sociais, da sociedade civil e/ou do Estado.

O processo perverso de degradação do Horto Florestal do Cabula/Mata Escura tem relação direta com o relutante sistema capitalista, cuja característica é reduzir o Estado e fragilizar o acesso da chegada das políticas públicas ambientais. Com a análise de dados da pesquisa, fica evidente que o desprezo e a falta de atenção a essa área privilegiam o setor da especulação imobiliária, sejam eles oficiais ou clandestinos, como, por exemplo, a venda ilegal de terrenos do Horto para pessoas sem moradia.

3 IMERSÃO NO HORTO FLORESTAL CABULA - MATA ESCURA

Em contexto do IV Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária – IV ETBCES, de 12 a 16 de novembro de 2014, realizaram-se trilhas Horto Florestal Cabula e Mata Escura. A organização destas deu-se previamente mediante diálogo com moradores que residem e ou atuam na localidade, que no caso da Mata Escura, a equipe foi guiada pelos integrantes da ONG Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania - PNPC.

Sendo assim, os participantes do IV ETBCES tiveram a oportunidade de imergir em meio do que resta de Mata Atlântica. Convém destacar que na parte do Horto Florestal da Mata Escura, encontra-se a primeira represa d'água que abastecia a cidade de Salvador. A realização de uma trilha no Horto Florestal Cabula/Mata Escura, como objeto de estudo do presente trabalho, é relativamente longa, densa e cheia de obstáculos, principalmente por conta da forte ação dos ventos que atingiram algumas árvores que, conseqüentemente, ficaram atravessadas no meio do caminho, dificultando o acesso.

Em 2016, realizou-se visita técnica acompanhada pelos estudantes do curso de Especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à cidade da FAUFBA, com a participação de membros da comunidade de Mata Escura, do Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura, da ONG PNPC e da Universidade do Estado da Bahia - UNEB.

Foram realizadas três visitas, a primeira foi para conhecer os projetos socioambientais realizados pela ONG PNPC, cuja sede provisória localiza-se nas bordas do horto que, por sua vez, fica no fundo do Condomínio Recanto Verde, no bairro da Mata



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Escura, na Avenida Cardeal Avelar Brandão Villela. A segunda visita foi para a realização da entrevista para conhecer melhor a dinâmica da ONG PNPC. A terceira foi realização da trilha.

Figura 2 - Mapa de Salvador e Localização do Bairro Mata Escura



Fonte: LOUOS, 2002. Disponível em: <<http://www.ltecs.unifacs.br/mataescura/doc/MataEscura.pdf>>.

A ONG funciona dentro do condomínio, numa estrutura improvisada com várias mudas espalhadas no terreno, feitas a partir das sementes coletadas no espaço do horto. Observou-se a diversidade biológica existente no horto, como: jabuti, macaco bugio, cobra coral, aroeira, biriba, palmeira, dendezeiro, ingá, mogno e pau-brasil. O desafio para preservar essa diversidade é conter invasões, focos de incêndios, construções ilegais e desmatamento.

A trilha foi acompanhada pelo batalhão da 48ª CIPM (Comando Independente da Polícia Militar de Sussuarana) e representantes da ONG PNPC que, vestidos com trajes do exército e equipamento com ferramentas de trilhas (facão, corda etc), foram guiando e dando ao grupo a proteção adequada, haja vista que eles alegam que a área, por estar abandonada, apresenta risco de malfeitores.

O mau cheiro e a sensação de insegurança caminharam junto com a equipe. Por caminhos de difícil acesso, passamos por uma grande variedade de árvores, tais como: ingá, dendezeiro, aroeira, gameleira, jequitibá, cajazeira, munguba/castanheira, pau de leite, muitas plantas de brejo (Imbé-do-brejo, helicônia, embaúba do brejo), além de algumas árvores exóticas como amendoeira, jaqueiras e bambus. De animais/fauna, vimos



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

muitos insetos, besouros e sagui/mico, embora exista presença de outros animais como o Macaco Bugio.

Um fato preocupante, evidenciado nessa visita, foi o abandono das estruturas do antigo programa Bahia Azul. O gestor ambiental da ONG PNPC, nos informou que o Ministério Público realizou visita ao horto e o classificou como área de relevância ambiental, sendo urgente a ação de delimitar a área e a transformar numa Unidade de Conservação, com classificação de APA (Área de Preservação Ambiental). No PDDU de 2016, a área foi zoneada e foi caracterizada como uma APRN, o que demonstra responsabilidade da Prefeitura pela implementação de políticas públicas.

Ao longo da trilha, membros da equipe, que são moradores antigos da localidade, relataram que quando eram crianças, vinham com os vizinhos e colegas buscar água para abastecer suas casas, além disso, tomavam banho e traziam as bacias para lavar roupa. Relataram-nos, também, que foi a primeira reserva oficial de abastecimento de água de Salvador, além da fonte da bica, que fica localizada no final de linha da comunidade do Alto do Retiro. A seguir, foram listados os conflitos socioambientais percebidos pelo grupo. Depois, seguirá o resultado da entrevista concedida à autora pelo Presidente da ONG PNPC, em abril de 2016.

3.1 CONFLITOS ENCONTRADOS NO HORTO

Podem ser listados alguns, quais sejam:

- 1 - Lançamento irregular de efluentes domésticos sem tratamento;
- 2 - Ocupação irregular;
- 3 - Focos de desmatamento;
- 4 - Resto das antigas estruturas do programa guarda-parque;
- 5 - Lixo, principalmente vasilhas e copos plásticos com larvas do mosquito da dengue;
- 6 - Proliferação do mosquito da dengue;
- 7 - O rio do Prata completamente poluído (eutropizado), apresentando espuma brancas, sedimentos, grande quantidade de algas e bactérias;
- 8 - Ruínas da represa do Prata.



3.2 ENTREVISTA COM ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL: PRESERVANDO A NATUREZA E PRATICANDO A CIDADANIA - PNPC

A Organização Não Governamental, Preservando a Natureza e Praticando a Cidadania – ONG PNPC foi criada em 2000, mas só foi registrada em 2002. A organização possui sede improvisada num espaço às margens do horto, cedida pelo Condomínio Recanto Verde; nesse sentido, é necessário preservar o Horto Florestal do Cabula que, ao longo dos anos, após a desativação da represa do Prata, vem sofrendo com invasões, lançamento de efluentes domésticos e desmatamento. Sobre a situação do horto, Ronaldo Torres, morador do Condomínio Recanto Verde e Presidente da ONG PNPC, nos relatou que:

A área do Conjunto ACM é uma área grande, onde tem aqueles eucaliptos grandes que está invadida, aquele área sim dava pra fazer um parque. Tinha um rapaz no alto do ACM que foi ameaçado de morte, e daí ele teve que se mudar daí. Quer dizer, se eles tivessem interesse em organizar uma equipe com prefeito, governador e estabelecer uma área para transformar num parque, ou mini-zoológico para readaptação de animais, as pessoas aos poucos iam aprender a preservar. E com a educação ambiental, trazer as escolas do Cabula para fazer visitas, que daí eles vão crescer com a responsabilidade de se preservar o que se tem. Têm pessoas aqui, que não pode ir ao zoológico em Ondina. [...] Eles precisava se tocar. Se sensibilizar pela coisa. [...] Ano passado eu fiquei de um jeito que eu disse: não, eu não posso deixar o horto acabar. Então fui para a internet, passei e-mail para a UNESCO pra ver se a gente conseguia transformar aqui num patrimônio mundial da humanidade. Passei e-mail pra tanto órgão que apenas a UNESCO respondeu dizendo que eu tinha que ir no setor tal para convocar uma visita. Aí entrou a burocracia. Que é outra coisa que atrapalha tudo. A burocracia nesse país é assustadora. Aí falei para os meninos, olha eu não ligo pra órgão nenhum, vamos fazer nossa parte. Se eles quiseram eles vêm atrás. Falei na época com Julio Rocha, o Superintendente do IBAMA Célio Costa Pinto. O único cara que era do estado e da política só foi um, na época ele era Diretor da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado, Juliano Matos, suou, mas ele andou no horto. Foi o único. Falei com SOS Mata Atlântica, Greenpeace. [...] Eu participei com tantas conferencias com o GAMBÁ e o GERMEM, mas nada aconteceu. Eu passei e-mail para Marina Silva, na época que ela era do PV. Quer ver outro que estava aí também e que poderia ajudar, esse dos bichos, dos cachorros, o Marcell Moraes. Fui ao gabinete e constatei que ele serve só a burguesia. [...] Estamos com um projeto que já está passando para o papel “Preservação com Evangelizando”. Abrange as crianças fazer as coisas certas. Quem criou. O que representa cada folha. [...] Você já imaginou uma criança conversando com as plantas. Eu digo isso porque já sair daqui para capturar animal e o pessoal fala que eu rezo, porque eles não me atacam. Eu converso e vou pegando eles sem movimentos bruscos. [...]

A estrutura interna do PNPC está amparada no estatuto e no regimento interno, possui CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e está no processo de acesso da Inscrição Municipal e Estadual de Utilidade Pública. Na questão administrativa, a



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

organização é composta por Presidente, Vice-Presidente, Secretário Geral, Diretor Administrativo, Diretor Técnico em Meio Ambiente, Diretor Jurídico, Diretoria de Ação Social, esta última criada recentemente para atender ao crescente número de famílias que procuram apoio assistencial na ONG, como por exemplo: encaminhamentos de jovens usuários de drogas para centro de recuperação, reforço escolar e doação de cestas básicas destinadas às comunidades do entorno da Mata Escura. Em troca, eles prestam serviços à área e recebem orientações sobre como preservar a mata por meio de atividades de educação ambiental. Além disso, a ONG recebe animais, como jabutis criados em casas cujas famílias não os querem mais. Mesmo com essa estrutura hierárquica e tradicional, a ONG busca trabalhar de forma colaborativa, deixando prevalecer a hierarquia quando necessário.

As principais atividades desenvolvidas pela ONG são: produção de mudas, reflorestamento das margens do afluente do rio do Prata, formação de jovens para realizar trilhas dentro do horto, com o objetivo de retirar o lixo, de acordo com o Ronaldo Torres, presidente da ONG: “[...] descemos com a equipe para fazer a limpeza a mata para retirar o lixo. O problema que nós temos é com entulho. O entulho não tem como a gente tirar. Já disse a prefeitura para colocar uma placa proibindo. É fácil produzir lixo e jogar em qualquer lugar.”

Além dessas atividades, a ONG desenvolve projeto denominado “Preservação com Evangelização”. Nesse ponto, se faz necessário destacar o quanto a ONG PNPC está atrelada ao processo de evangelização. Eles acreditam que por meio da palavra, contida na Bíblia, haverá mudança de comportamento e atitudes, do ponto de vista do respeito para com próximo e com a natureza. O público alvo são crianças que estão em situação de vulnerabilidade social.

Quanto à formação do grupo, eles participam de conferências e de várias atividades promovidas pela comunidade. Estão inseridos como parceiros no Fórum de Desenvolvimento Social da Mata Escura e não contam com colaboradores externos como políticos, sindicatos, órgãos públicos e empresas, embora em época de eleição o espaço da ONG seja procurado constantemente por vereadores e deputados, com objetivo de apoio e controle do voto, mas sempre que os moradores necessitam, acionam a prefeitura bairro da Área Regional Cabula-Tancredo Neves para limpeza de entulhos e fragmentos de árvores atingidas pela chuva.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

A ONG não faz parte de nenhum conselho, alega que o seu caráter denunciador e crítico gera incômodos, que por conta disso, há boicotes do processo em outros espaços, preferindo se isolar e atuar pontualmente na localidade do horto.

Ainda sobre o processo de formação do grupo, existe um aprendizado que não é medido pelos mecanismos da educação formal como, por exemplo, a ampliação da consciência sobre as questões socioambientais, o cultivo da amorosidade e da solidariedade. Ronaldo Torres afirma que:

O que eu era antes e o que sou hoje ninguém acredita. Eu fiquei mais sensível. Eu fiquei mais humano, mais amoroso. Eu era super estressado a ponto de ter gastrite. Qualquer coisa eu ia na garganta do povo. Daí nesse tempo todo foi acontecendo comigo uma evolução espiritual.

Além disso, com as experiências de promessas políticas, eles desenvolveram a capacidade de saber quem está do lado deles e quem os engana com falsas juras. Parte da equipe se formou em farmácia, gestão ambiental, turismo, mecatrônica e engenharia civil.

Todos eles nasceram e foram criados aqui, e a concepção deles é diferente dos colegas daqui. Então a mudança não veio só para mim. [...] Dos meninos que passaram por aqui dos trinta, apenas dois perdemos para as drogas, o resto já estão com a vida encaminhada. O mais gratificante é o respeito. Quando estão fazendo algo fora da normal eu chamo para conversar. E eles me ouvem. Até os pais me chama para conversar sobre eles e me pedem conselhos.

A ONG PNPC nasceu num contexto específico de preservação do Horto Florestal do Cabula, o que podemos atribuir um caráter preservacionista, mas ao longo dos anos, percebeu-se que o espaço no qual eles atuam era permeado por vários conflitos sociais como: a violência, a falta de moradia, a fome e a precariedade das escolas públicas, a ponto de eles direcionarem seus esforços para as questões sociais.

Atualmente, a ONG tem o respeito da Política Militar, e quando há necessidade de realizar alguma incursão na mata, os integrantes da ONG são chamados para guiar os policiais. No entanto a atuação da organização nessa área não está sendo capaz de controlar o avanço do desmatamento para construção ilegal de moradias, de conter o lançamento de esgoto, nem o descarte inapropriado do lixo doméstico e de entulhos vindos de pequenas construções ao redor do horto.

Mesmo diante desse cenário, eles acreditam que sem os mutirões de limpeza e sem a presença da ONG nessa localidade, o horto estaria muito pior. As figuras abaixo expressam o abandono do horto. As Figuras 3 e 4 apresentam as ruínas da Represa do



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Prata, anteriormente construídas pelo Engenheiro Teodoro Sampaio. A água que corre nas valetas apresenta espumas, o que demonstra o nível de poluição do Rio do Prata.

Figura 3 – Ruínas da Represa do Prata



Fonte: Registros da autora, 2016

Figura 4 – Ruínas do Programa Bahia Azul



Fonte: Registros da autora, 2016

Esse diagnóstico revela a necessidade de intervenção dos gestores públicos, da população local e das instituições de ensino, por meio de ações educativas que favoreçam a valorização da Mata Atlântica, podendo ser caracterizado como espaço de visitação de crianças, jovens, adultos, sejam estes visitantes e/ou turistas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que o diálogo em rede, promovido pelo Grupo de Pesquisa Sociedade, Espaço, Educação e Turismo – SEETU, tendo como projeto Turismo de Base Comunitária no Antigo Quilombo Cabula, está sendo feito em conjunto com as comunidades, com vistas à preservação e à valorização do Horto Florestal do Cabula, não obstante, se não houver compromisso e responsabilidade da gestão pública municipal (Prefeitura), estadual (Instituto de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – INEMA) e Federal (IBAMA) não haverá controle do uso ecológico do Horto Florestal do Cabula/Mata Escura. Enquanto não se fizer valer os documentos legislativos e a implantação de políticas públicas ambientais nessa localidade, ainda passaremos a vivenciar a depredação sistemática desse espaço ambiental que é fundamental para o equilíbrio ecológico da cidade do Salvador.



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

Sendo assim, é urgente que esses órgãos estabeleçam arranjos institucionais em conjunto com as comunidades locais, a fim de controlar a exploração predatória do horto, as invasões, a retirada ilegal de madeira e o lançamento do esgoto doméstico. É necessário firmar essa área como Unidade de Conservação, criando um Conselho Gestor e implantando uma equipe de segurança, coordenada pela Cia de Polícia e Proteção Ambiental – COPPA. Feito isso, pode-se criar projetos de trilhas ecológicas, realizar pesquisas acadêmicas e outras formas de atividades sustentáveis que possam trazer de volta o equilíbrio ambiental e social do Horto Florestal.

REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria da Indústria e Comércio. **Distrito industrial urbano do município do Salvador – plano diretor**. Salvador, SIC/DIC, 1983. Local: Biblioteca dos Barris.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LEIS, Héctor Ricardo. **A Modernidade insustentável: as críticas do ambientalismo à sociedade contemporânea**. Petrópolis: Vozes; Florianópolis: UFSC, 1999.

NUNES, E; SOUZA D.M; SANT'ANNA, I. Agenda 21: Estratégias de Desenvolvimento Local na Periferia de Salvador. **Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade**, Salvador, UNEB, v.16, n.28, p. 56-66, jul./dez. 2007.

PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. História da Cidadania. (Org). In: WALDMAN, Maurício. **Cidadania Ambiental: Natureza e Sociedade como Espaço de Cidadania**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

PLANO 500 Salvador. **Mural de Propostas Encaminhadas**. Disponível em: <<http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/oficinas/2-ciclo/25-prefeitura-bairro-cabula/-tancredo-neves-25/07/2015>>. Acesso em: 24 ago. 2016.

REIGOTA, Marcos. **O que é educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2009.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos Malês em 1835**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SALVADOR. Lei Municipal (1986). **Administrações regionais**. Lei n° 6.897/2005 que altera a Lei n° 3.688/1986. Diário Oficial do Município. Disponível em: <http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documentos/Lei%206.897-05.pdf>. Acesso em 06 jul. 2016.

_____. Lei Municipal (2008). **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Salvador de 2007**: instituído pela Lei n° 7.400/2008. Disponível em:



VI Encontro de Turismo de Base Comunitária e Economia Solidária - VI ETBCES

<http://www.gestaopublica.salvador.ba.gov.br/leis_estruturas_organizacionais/documentos/Lei%207.400-08.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2016.

_____. Lei Municipal (2016). **Plano diretor de desenvolvimento urbano do município de Salvador de 2016**. Disponível em:

<<http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/download.php?cod=645>>. Acesso em: 06 jul. 2016.

SANTOS, Elisabete; et.al (Org). **O Caminho das águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes**. Salvador: CIAGS/UFBA; SEMA, 2010.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 23. ed. São Paulo: Record, 2013.

_____. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SILVA, Francisca de Paula Santos (Org.). **Turismo de Base Comunitária: articulando pesquisa, ensino e extensão no Cabula e entorno**. Salvador: Eduneb, 2013.

TORRES, Ronaldo Avelino. Entrevista XVII [abri. 2016]. Concedida a Iala Serra Queiroz. Salvador, 2016.